

O que é necessário na formação dos próximos líderes climáticos?

RAFAELA COLLOPY

GRADUANDA NO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRJ (IFCS-UFRJ)
PESQUISADORA DO OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (OIMC)

Durante os meses de abril a julho de 2024, toda terça-feira, jovens de todo o Brasil se encontraram para participar da primeira fase do Programa Operação COP 2024, idealizado pela The Climate Reality Project ¹, uma organização global dedicada a encontrar meios e a mobilizar a juventude para enfrentar a emergência climática. O Programa consiste em treinar a próxima geração de líderes climáticos por meio da participação nas negociações dentro das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, as COPs. Esse treinamento, apoiado por ministérios e outras instituições brasileiras, busca fomentar a compreensão do papel do Brasil no regime internacional de mudanças climáticas e dos múltiplos interesses dos diferentes agentes brasileiros envolvidos no processo.

Os países se reúnem na COP todos os anos para discutirem e procurarem formas de mitigar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e de se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas. Então, o que torna a COP-30 diferente dos encontros passados? Primeiramente, a Conferência será realizada em Belém do Pará, em 2025. Desse modo, é um evento de escala global cercado de interesses e tensões geopolíticas e econômicas acontecendo no Norte do território brasileiro, colocando o Brasil sob os holofotes internacionais.

Além disso, quando falamos sobre a questão climática, os olhares internacionais se voltam para a maior floresta tropical do mundo. A COP-30 possibilitará o debate sobre a Amazônia dentro do território da floresta, ressaltando a relevância dos países amazônicos, em geral, e do Brasil, em particular, no regime climático. O Brasil tentará se perfilar, mais uma vez, como uma representação da voz do Sul global. Por último, o evento contará com a segunda rodada de Contribuições Nacionalmente Determinadas pelos países, que são as medidas individuais que cada país escolhe adotar para encarar a emergência climática, mostrando o nível de engajamento e comprometimento com a causa ambiental, energética e climática de cada nação.

Para entender um pouco mais a fundo sobre a política climática nacional, é importante compreender o papel das instituições de enfrentamento à mudança do clima. Nesse sentido, o

1 Disponível em: <https://www.climateRealityProject.org.br/>

Programa ofereceu aulas com representantes dessas instituições, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para detalhar o funcionamento do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). O CIM é um colegiado permanente que coordena e articula a implementação de políticas públicas relativas à questão do clima.

Desde 2023, é responsabilidade dessa instituição a elaboração do Plano Clima, o qual serve como um guia da política climática nacional até 2035, as nossas metas. Para a sua elaboração, foi instituído Grupos Técnicos de Trabalho temporários, em destaque o grupo de adaptação, que visa diminuir as vulnerabilidades das cidades e o grupo de mitigação, que busca reduzir os gases de efeito estufa. A construção do Plano Clima conta não só com representantes de 22 ministérios, mas também com a participação da sociedade civil no Plano Clima Participativo, o qual possibilita que qualquer cidadão apresente sua ideia e vote nas propostas. Desse modo, a participação mais direta da população na discussão sobre a emergência climática é importante ao levar em consideração a diversidade de conhecimentos e de necessidades que o Brasil possui. Além disso, é relevante fomentar esse debate para que possamos refletir sobre que tipo de sociedade somos e que tipo de sociedade queremos ser.

Ainda comentando sobre a relevância do papel brasileiro, é preciso mencionar a reunião da cúpula do G20, que acontecerá no Rio de Janeiro. O evento reúne alguma das principais economias do planeta, composto por 19 países além da União Europeia e União Africana. Apesar de ser criado para discutir apenas questões econômicas, atualmente a trilha política tem avançado, incluindo a questão climática, a qual aparece pela primeira vez no G20 em 2021. Em sua estrutura, para alguma medida entrar na resolução, é necessário o consenso de todos os participantes. Contudo, as decisões do G20 não apresentam um caráter vinculativo, sendo assim, não é obrigatório a cada um de seus membros adotar as medidas acordadas. Surge, então, um questionamento: Qual o impacto efetivo dessa reunião? Embora seja importante impulsionar debates, os discursos não podem se manter apenas no campo das ideias, principalmente quando estamos falando de temas tão urgentes quanto a mudança do clima.

A Presidência brasileira terá como prioridade a reforma da governança global, o combate à fome e à pobreza, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável em busca de iniciativas bioeconômicas. Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável precisa ser tensionado. Nesse sentido, o termo “desenvolvimento” já surge do princípio ocidental de progresso, dessa forma dividindo o mundo em dualidades, sendo uma delas o humano e a natureza. Esse primeiro deve explorar, controlar e dominar a última, como se a natureza não produzisse efeitos sobre a vida humana. Logo, como esse desenvolvimento, que está dentro de um modo de produção que precisa da exploração humana e extra-humana e que é o causador da crise climática, pode ser sustentável?

Ainda sobre a cúpula do G20, é importante ressaltar que no Brasil não será pautado o “phase-out”, ou seja, a eliminação dos combustíveis fósseis. Essa decisão é justificada pela participação de um grupo menor de países do que na COP, desse modo, só será discutido na Conferência das Partes. Contudo, os países do G20 representam 80% das emissões de gases de efeito estufa, o que nos leva a criticar a decisão de não pautar esse tópico como contraditória.

Apesar do Programa Operação COP 2024 oferecer aulas densas, no estilo mais clássico, ele não se limita a apenas um tipo de aprendizado. A partir da reflexão, o Programa proporciona a formação de um conhecimento histórico de forma sensorial e afetiva. A meditação guiada que caminha sobre os tempos histórico nos ajuda a desconstruir a noção de apenas um tipo de humanidade, abrindo o diálogo para as diferentes humanidades, com diferentes conceitos, histórias e responsabilidades.

Ainda assim, o grande diferencial do Programa idealizado pelo The Climate Reality Project não é só viabilizar outros formatos de aula. Mas, então, qual é o diferencial do Programa? A organização entende a importância da construção de laços entre os participantes, formando uma rede de apoio. Nesse sentido, para quem está dedicado a encontrar formas para adiar o fim do mundo, o sentimento de urgência pode caminhar junto com a ansiedade. Portanto, a existência de uma rede de apoio faz toda a diferença para a formação dos futuros ativistas climáticos.

Participar da Operação COP 2024, por fim, não é só conhecer os fundamentos do regime internacional de mudanças climáticas, o papel do Brasil e seus interesses e desafios. É também resgatar a agência da juventude, unindo aprendizados de diferentes áreas do conhecimento com o propósito de construir o mundo pelas beiradas dentro de uma rede de apoio e de reconhecimento que reforça a ideia de que paralisar-se seria o maior perigo da luta climática.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2024.